

Sumário

À Guisa de Introdução.....	1
1. Concretização Constitucional.....	5
1.1. Texto e Contexto.....	5
1.1.1. A linguagem jurídica e as suas peculiaridades	8
1.1.1.1. Ambiguidade	10
1.1.1.2. Vagueza	11
1.1.1.3. Textura aberta da linguagem	13
1.1.2. A superação da crença na neutralidade do intérprete	15
1.1.3. A interpretação dentro do contexto	28
1.2. Texto Normativo e Norma.....	36
1.3. Abertura da Constituição	45
1.3.1. Constituição aberta	45
1.3.2. Sistema normativo aberto de princípios e regras	53
1.4. Concretização Normativa	61
1.4.1. Nova Hermenêutica	62
1.4.2. Estrutura da norma	64
1.4.2.1. Programa normativo	72
1.4.2.2. Âmbito normativo	73
1.4.2.3. Norma	79
1.4.3. A construção da norma em situações concretas	81
1.5. Concretização e Mutação Constitucional	86
2. Mutação Constitucional.....	95
2.1. Transformações Constitucionais.....	95
2.2. A Escola Alemã de Direito Público e a Origem da Teoria da Mutação Constitucional	100
2.2.1. Paul Laband	101
2.2.2. Georg Jellinek	103
2.2.3. Hermann Heller	108
2.2.4. Rudolf Smend	112

2.2.5. Hsü Dau-Lin.....	117
2.2.5.1. Mutação constitucional mediante prática que não vulnera formalmente a Constituição escrita	120
2.2.5.2. Mutação constitucional por impossibilidade do exercício de determinada atribuição descrita na Constituição	121
2.2.5.3. Mutação constitucional em razão de prática que contraria a Constituição	122
2.2.5.4. Mutação constitucional mediante interpretação da Constituição ...	123
2.3. O Fenômeno da Mutação Constitucional.....	125
2.3.1. A superação da ideia de mutação constitucional como um problema....	125
2.3.2. A mutação constitucional como um meio legítimo de mudança informal da Constituição	127
2.3.3. Alteração no âmbito normativo e mutação constitucional	133
2.4. Meios de Realização da Mutação Constitucional	140
2.4.1. Interpretação constitucional oficial e interpretação constitucional não oficial	143
2.4.2. Mutação constitucional por meio da interpretação legislativa	147
2.4.3. Mutação constitucional por meio da interpretação administrativa.....	153
2.4.4. Mutação constitucional por meio da interpretação judicial	159
2.4.5. Mutação constitucional por meio das práticas constitucionais	166
2.4.5.1. Usos constitucionais	167
2.4.5.2. Convenções constitucionais	168
2.4.5.3. Correções constitucionais	170
2.4.5.4. Costumes constitucionais	171
2.5. Coexistência de diversos intérpretes em uma democracia constitucional	186
2.5.1. Concretização em uma concepção procedimental de democracia	187
2.5.2. Concretização em uma concepção substancial de democracia	188
2.5.3. Concretização e democracia constitucional	190
 3. Parâmetros Normativos Estruturantes das Mutações Constitucionais	193
3.1. Supremacia Normativa da Constituição	195
3.2. Parâmetros Relacionados com o Programa Normativo	200
3.2.1. Elasticidade do texto	200
3.2.2. Decisões vinculantes do Tribunal Constitucional.....	212
3.2.3. Vedação de abolição de cláusulas pétreas.....	220

3.2.4. Progressividade e vedação de retrocesso para direitos e garantias fundamentais.....	230
3.3. Parâmetros Relacionados com o Âmbito Normativo.....	251
3.3.1. Restrições transcendentais.....	251
3.3.2. Integração com o consenso internacional	256
3.3.3. Aceitação legítima da sociedade.....	264
3.4. Parâmetros Relacionados com a Norma de Decisão.....	277
3.4.1. Racionalidade das decisões	277
3.4.2. Interpretação por órgão competente: entre a tensão e o diálogo.....	281
3.4.3. Efeitos prospectivos da nova interpretação.....	297
3.5. Mutação Inconstitucional	300
Considerações Finais.....	309
Referências.....	315